

## EDUCAÇÃO FÍSICA E AS PROBLEMÁTICAS SIGNIFICATIVAS DO TRABALHO DOCENTE

Rosicler Sauer  
Solange Lacks

### RESUMO

O presente estudo pretende fomentar a discussão acerca do mundo do trabalho, a precarização do trabalho docente e as conseqüências no exercício profissional do professor de Educação Física. Busca-se desvelar as problemáticas significativas que permeiam o trabalho docente ou trabalho pedagógico, o qual encontra-se precário em distintos aspectos devido à reestruturação produtiva no mundo do trabalho, visa estabelecer os nexos entre o particular e o geral dessa questão.

Palavras-chave: Educação Física; Trabalho Docente ;Mundo do Trabalho; Precarização do Trabalho.

### ABSTRACT

The present study intends to foment the discussion about the world of the work, the precarious work of teaching and the consequences in the professional exercise of the professor of Physical Education. One searches to reveal the problematic significant that exist at the teaching work or pedagogical work, which meets precarious in distinct aspects due to productive reorganization in the world of the work, it aims at to establish the nexuses between particular and the generality of this question.

Key-word: physical education; teaching work; world of work; precariousness of the teaching.

### RESUMEN

El actual estudio pretende fomentar la discusión acerca del mundo del trabajo, la precarización del trabajo docente y las consecuencias en el ejercicio profesional del profesor de educación física. Se busca desvelar las problemáticas significativas que permeen el trabajo docente o trabajo pedagógico, el cual se encuentra precario en distintos aspectos debido a la reestructuración productiva en el mundo del trabajo, muestra establecer los nexos entre lo particular y lo general de esa cuestión.

Palabra clave: educación física; trabajo docente; mundo del trabajo; precarización del trabajo.

### Introdução

A Educação Física, como área de formação profissional, como campo de produção do conhecimento, como campo de vivências e experiências de produção do conhecimento, como campo de vivências e experiências

culturais, não pode ser vista fora da tendência destrutiva do atual modo de produção de vida. (TAFARREL e SANTOS JÚNIOR, 2005, p. 115)

Para iniciarmos esta discussão escolhemos essa epígrafe por retratar a Educação Física como parte integrante da organização social, portanto também vulnerável a sofrer suas influências. Nesse sentido, a análise dos nexos dessas influências “ajuda-nos a lutar contra eles; desconsiderá-los conduz à ingenuidade e ao romantismo” (FREITAS, 2005, p. 98-99).

O presente estudo pretende fomentar a discussão acerca do mundo do trabalho, a precarização do trabalho docente e as conseqüências no exercício profissional do professor de Educação Física. Busca-se desvelar as problemáticas significativas que permeiam o trabalho docente ou trabalho pedagógico, o qual encontra-se precário em distintos aspectos devido à reestruturação produtiva no mundo do trabalho, visa estabelecer os nexos entre o particular e o geral dessa questão.

Para tanto, as reflexões sobre o trabalho docente estão pautadas no contexto de um projeto de sociedade - a hegemonia capitalista - contrapondo-se com uma possibilidade de superação - um projeto socialista.

#### Mundo do Trabalho e a Precarização do Trabalho Docente

De acordo com Oliveira (2004), nas últimas décadas, com a reestruturação produtiva no mundo do trabalho, novas demandas têm sido apresentadas à educação escolar com relação aos seus objetivos, refletindo em mudanças tanto nas formas de gestão como na organização do trabalho na escola.

Tais mudanças merecem ser analisadas no contexto em que estão inseridas, buscando entender as suas implicações no trabalho docente.

De acordo com Gentili (2001) o processo de trabalho no capitalismo, nas últimas décadas, sofreu modificações e conseqüentemente novos requisitos educacionais passam a ser exigidos e começam a ser articulados novos processos de reestruturação educativa.

Segundo o autor, pode-se identificar que as propostas neoliberais para a educação trouxeram grandes reformas no sistema educacional. Nesse aspecto comenta:

O século XX terminou com uma avalanche de reformas no campo educacional latino-americano: mudaram as leis e normas que regulam o funcionamento dos sistemas escolares, mudou a própria organização da escola, os currículos, a formação docente, a avaliação. Mas a realidade cotidiana das escolas parece a expressão grotesca e cínica das promessas milagrosas enunciadas pelos exegetas da modernização neoliberal ( GENTILLI & ALENCAR, 2001, p. 18).

Essas reformas educacionais têm trazido mudanças significativas para o trabalho docente, uma vez que repercutem no campo da gestão escolar influenciando a organização do trabalho pedagógico. Contudo, com estas estratégias o neoliberalismo

ataca a escola pública, mediante a aplicação de políticas de descentralização autoritária, o que desencadeia a negação de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias, negando o direito à educação,

[...] o neoliberalismo precisa – em primeiro lugar, ainda que não unicamente – despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas (GENTILI, 2001, p.244-245).

Deste modo, desencadeia uma articulação do sistema educativo com o sistema produtivo, como se fosse necessário o primeiro responder de forma direta à demanda do segundo. A política neoliberal, propõe o Estado Mínimo, no qual investem em medidas para a diminuição dos investimentos financeiros nos serviços públicos, incluindo educação, saúde, pensões e aposentadorias, transporte público e habitação popular, transferindo-os para o setor privado, as quais eram garantidas pelo Estado do bem-estar social.

Concordamos que essas determinações do neoliberalismo precisam ser analisadas, assim como, os conflitos existentes, identificando nesse processo como o discurso neoliberal envolve e cria situação, na qual torna uma realidade em consenso, como se não houvesse outras possibilidades.

Nesse sentido é importante a análise de Pinto (2004), a qual diz que

a materialidade deste projeto calca-se na proposta de Reforma do Estado que tem como eixo a privatização de setores estratégicos; o envolvimento direto do estado apenas em atividades que se vinculam à arrecadação, controle do mercado e segurança; a concepção de não exclusividade do Estado em setores como saúde, educação e pesquisa científica, o que significa que a execução destes serviços deverá ser assumida por entidades denominadas “públicas não-estatais”, terceirização de atividades de apoio da administração e a descentralização, por meio de “parcerias” com a sociedade (PINTO, 2004, p.2).

Dessa forma as transformações no mundo do trabalho resultaram em perdas para os trabalhadores, que sofrem com a intensificação da exploração da força de trabalho pelo capital, com o aumento do desemprego, contratos temporários, aumento no setor de serviços, desmobilização sindical entre outros aspectos.

Diante do pressuposto que a Educação Física diante das transformações no mundo do trabalho, devido à crise do capitalismo, também sofre várias influências, pretendemos desvendar no âmbito da Educação Física escolar, quais são as problemáticas significativas do trabalho docente que retratam a sua precarização diante das condições determinantes do mundo do trabalho.

#### A Educação Física e o Trabalho Docente

Estudos apontam que a Educação Física também sofreu um “processo de reordenamento” (NOZAKI, 2005), como sempre ocorreu em projetos dominantes, em outras fases de crise do capitalismo no País. Desta maneira,

ao mesmo tempo em que o campo da formação humana se reconfigura atualmente para formar um trabalhador polivalente, com capacidade de abstração, raciocínio lógico, crítica, interatividade e decisão; por outro lado a Educação Física, como veio sendo gestada pelos modelos hegemônicos, foi sempre vista como uma disciplina reprodutora de movimentos. Se considerarmos que historicamente, nos projetos higienistas, militaristas e esportivistas, essa disciplina era ligada, sob o ponto de vista dominante, a uma formação de um corpo disciplinado a obedecer subordinadamente, adestrado a repetições de exercícios e visando à aptidão física – modelo este próprio do fordismo/taylorismo - , percebendo que a educação física, para essa nova perspectiva, acabou perdendo, sob um ponto de vista imediato, sua centralidade na composição do projeto dominante, como historicamente costumou ter (NOZAKI, 2005, p. 21).

O autor acrescenta que o “novo modelo de formação humana imposto pela globalização”, prioriza algumas disciplinas em detrimento de outras, consideradas essenciais para a formação das competências básicas e enquadramento do trabalhador no mercado de trabalho.

Neste sentido, a Educação Física perde espaço no cenário da educação, pois sempre fez parte do projeto pedagógico dominante,

se, por um lado, a educação física esteve sempre calcada na hegemonia social, sendo imposta no seio escolar via regime fascista, na tentativa de garantia de formação da eugenia brasileira e de preparo para a guerra e, mais recentemente, também se aliou ao projeto desenvolvimentista brasileiro, sob a égide de que o esporte seria uma prova de equivalência do desenvolvimento econômico no campo cultural; por outro lado, a reconfirmação atual do mundo do trabalho parece que põe, em plano secundário, à necessidade dela no projeto pedagógico dominante (NOZAKI, 2005, p. 23).

Em meio às atuais reformas educacionais, que visam a formação dos indivíduos para a empregabilidade, nos deparamos com a desvalorização da disciplina educação física, que se apresenta com perda de prestígio profissional, pois, neste contexto não se considera importante o papel da educação física escolar.

Essas considerações enfocam a fragmentação do trabalho docente, a qual favorece a desvalorização da Educação Física, inclusive no âmbito das políticas públicas educacionais, as quais lhe conferem um lugar secundário. Em contrapartida, as práticas corporais realizadas fora da escola, conseguiram uma maior valorização, fortalecidas pelo projeto neoliberal. Sob o ponto de vista de Nozaki (2005, p.25), “a faceta do aumento dos ramos das práticas corporais está coerentemente relacionada com a precarização do trabalho docente, já que essa reorientação se dá do trabalho assalariado nas escolas para o precarizado no meio não escolar, de bens e serviços”.

Desta maneira, percebe-se a desqualificação e a desvalorização que a educação física escolar vem sofrendo, essa reorientação refletiu diretamente na formação profissional, a qual provocou a divisão do curso em bacharelado e licenciatura.

Essa questão abrange uma discussão sobre a formação do profissional de Educação Física, na qual a contradição da formação em Educação Física acentua a desqualificação do professor já no processo acadêmico, pois,

a ênfase das preocupações curriculares recai no mero cientificismo, ou seja, na busca do estatuto epistemológico da Educação Física e na preferência pelas conotações do bacharelado, uma vez que, cindindo-se a formação em dois cursos, na prática eles não se distinguem entre si no que diz respeito ao trato epistemológico do conhecimento (LACKS, 2004, p.3).

A autora acrescenta, que a formação do professor em Educação Física é marcada por antagonismos de projetos, com a contradição entre teoria e prática, aponta que a sua “superação passa, necessariamente, pela consideração do trabalho como articulador do conhecimento, ou seja, pela prática qualificada pedagógica, científica e política” (LACKS, 2004, p.3).

Diante desse panorama, entende-se que a educação física deve buscar se legitimar na escola, não pela proposta que o projeto dominante lhe confere, mas sim pelas bases científicas que são discutidas e propostas por estudiosos da área na perspectiva crítica, nos quais os estudos buscam analisar as necessidades concretas a partir da realidade e apontam possibilidades para a superação da subordinação desta aos interesses do capital.

Temos estudos que nos mostram a realidade do trabalho pedagógico na educação física subordinado ao projeto de escola capitalista,

o trabalho pedagógico da educação física hegemonicamente não expressa uma organização científica e não desenvolve o pensamento científico mantendo a visão com base na pseudoconcreticidade. O trabalho está baseado em uma tradição de conhecimentos formulados ao longo da vida dos professores, referenciados em suas experiências e vivência e não resultante de sistematizações e investigações científicas. Está fortemente demarcado pela organização taylorista do trabalho, com suas divisões, fragmentações e isolamentos comuns no interior da escola, entre áreas do conhecimento, entre professores, entre atividades curriculares (TAFFAREL, 2007, sp).

Esses aspectos apontados demonstram a precarização do trabalho docente nas escolas, pautado na organização taylorista, o qual proporciona a fragmentação do trabalho pedagógico.

Nessa direção, compreendemos que o trabalho pedagógico na área da Educação Física tem como papel social levar o sujeito a comunicar-se operativamente no mundo social da cultura, que desenvolva a noção de historicidade da cultura corporal, assim como é apresentada pela metodologia crítica superadora:

Na perspectiva da reflexão sobre a cultura corporal, a dinâmica curricular, no âmbito da Educação Física, tem características bem diferenciadas da tendência anterior. Busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismos, contorcionismos, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 38).

Para conceber a Educação Física nessa perspectiva, faz-se necessário que em seu trabalho pedagógico o professor oriente-se por um paradigma de educação que trate da luta da garantia de direitos aos trabalhadores por um ensino crítico em busca de transformações sociais em prol da superação da lógica do capital.

Neste ponto de vista encontramos suporte na pedagogia histórico-crítica, que aponta algumas ações:

do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta à essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes (SAVIANI, 2005, p. 31).

Nesse caminho, a educação encontra suporte para a superação, com base no materialismo histórico, como ciência prática aplicada. Assim, tanto a Educação, quanto a Educação Física vêm passando por transformações em questões concernentes ao trabalho pedagógico, currículo, epistemologias, formação de professores, entre outros aspectos, que influenciam na sua identidade e profissionalização.

No entanto, acreditamos que as modificações sofridas são resultados de movimentos contra hegemônicos ao sistema social do capital.

Nessa direção os estudos de Castellani Filho (2002, p.4) apontam que desde os anos 80 a Educação Física, ou melhor, os profissionais que discutem sobre ela, entendiam que “ a legitimação social dessa disciplina estava intimamente ligada aos papéis por ela representados no cenário educacional armado no palco social brasileiro”, os quais mudavam de acordo com as transformações ocorridas no campo sócio-político-econômico, nos mais distintos momentos históricos. No entanto, o autor nos indica que mesmo sob forte influência de forças determinantes do sistema ocorreram várias manifestações, atitudes de resistência que garantiram legalmente a vontade de profissionais da área.

Nesse sentido, ao longo de seu texto pontua que houve um grande esforço de profissionais<sup>1</sup> da área para que o texto da LDBEN/96 fosse favorável à manutenção da Educação Física como Componente Curricular Obrigatório em todos os níveis de ensino. Neste caso, há indícios de que houve um movimento de resistência por parte dos agentes da área da Educação Física escolar, para que assegurasse a sua permanência na escola como disciplina obrigatória.

Fator importante presente em sua análise sobre “Os Impactos da Reforma Educacional do Governo FHC na Educação Física Brasileira”, aponta que:

[...] o enunciado da Lei de diretrizes e bases pouco elucida sobre a motivação dos legisladores como também não permite a compreensão dos interesses que estiveram em jogo ao longo do processo de sua elaboração, nem tampouco a forma como se traduziu a correlação de força entre os setores existentes no interior da área ( CASTELLANI FILHO, 2002,p.5).

Sobre o aspecto legal, está em vigor a seguinte legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96, Artigo 26,§ 3º) que propõe, que,

a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

Essa legislação é resultado de um movimento de resistência dos profissionais da área como aponta Castellani Filho(2002), porém na prática encontram-se elementos que configuram a desvalorização desta disciplina em relação às outras. Nesse aspecto pontuamos como um dos motivos a reestruturação atual do mundo do trabalho, pois no sentido em que foi comentado por Nozaki (2005) põe, em plano secundário, a sua necessidade no projeto pedagógico dominante. Sob o aspecto legal, temos também outro documento aprovado pelo Congresso Nacional, o Decreto-Lei nº 10.793/03, que isenta da prática da Educação Física escolar, vários alunos sob os seguintes critérios: trabalhadores com jornada superior a seis horas; mulheres com prole; maiores de 30 anos; pertencentes ao serviço militar; portadores de deficiência.

Não podemos deixar de abordar que esse Decreto é excludente, pois não considera as diversidades que os alunos trazem para escola, define quem está apto ou não para uma prática pedagógica que é de direito de todos. Parece-nos incoerente essa questão, primeiro a legislação garante a oferta do componente curricular, e depois exclui alguns (ou muitos?) da sua participação. Dessa forma a legislação, também corrobora para a desvalorização da disciplina no contexto das novas exigências educacionais para o mundo do trabalho.

---

<sup>1</sup> Algumas ações abordadas por Castellani Filho (2002): “[...] – o envio de cartas e telegramas aos deputados Federais do Rio de Janeiro e ao Relator do Projeto com o seguinte texto “ Como professor de Educação Física e artística, solicito a manutenção do texto aprovado em 1993 pela Câmara dos Deputados”. [...] Em Minas Gerais, professores de educação física contataram o professor da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Carlos Roberto Jamil Coury, solicitando sua intervenção junto ao Deputado José Jorge no intuito de sensibilizá-lo para a reivindicação aludida. Ver notas de rodapé de Castellani Filho (2002, p.22)

Outro fator importante a ser considerado é a constatação de que muitos membros da comunidade escolar desconhecem a atual condição de obrigatoriedade da Educação Física na escola. Com isso, ocorre o fortalecimento das diversas formas de práticas pedagógicas da disciplina nas diferentes escolas, devido ao valor e reconhecimento que se dá ao desenvolvimento do conhecimento na formação do aluno. Neste ponto, entendemos que a sua legitimação se dá e / ou dará a partir de sua relação com a comunidade escolar.

Outro documento referente ao ensino da Educação Física são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999) que tratam de diretrizes para o ensino desta disciplina. Os PCN apesar de estar indicando uma nova forma de se trabalhar com a Educação Física, desvinculando-se de seu caráter tecnicista, acrítico, apresenta como modelo da organização pedagógica as competências e habilidades (modelo de ensino voltado para o mercado de trabalho proposto pela política neoliberal) a serem desenvolvidas, assim como também se pauta em um referencial que acaba por limitar a prática deste componente curricular apenas em algumas matizes teóricas,

embora exista hoje, na Educação Física brasileira, uma considerável quantidade de concepções pedagógicas de distintos matizes teóricas, a versão preliminar dos PCN, elaborada para a área e analisada por profissionais contratados pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, limita em apenas um referencial – o construtivismo piagetiano respingado de nuances sócio-interacionistas vigotskianas que lhe reveste de um charmoso eclecismo – a possibilidade de uma organização pedagógica (CASTELLANI FILHO, 2002, p. 23).

Este documento foi bastante criticado por estudiosos da área, que envidaram esforços para uma reformulação, promovendo debates, discussões entre outras ações.

Recentemente, em 2006, foram elaboradas pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica as Orientações para o Ensino Fundamental e Médio, com o intuito de se refletir sobre o que está na pauta da prática da Educação Física escolar e dar continuidade ao diálogo sobre as práticas pedagógicas e as intenções educativas na escola, objetivando que as escolas em suas diferentes regiões, formulem os seus textos, de acordo com suas peculiaridades. Trata-se de um documento novo que ainda precisa de análises sobre suas reais propostas.

Diante deste contexto legal, faz-se necessário entender a materialidade da Educação Física na escola, pois não se pode negar que esta possui particularidades em relação aos demais componentes curriculares. O seu conhecimento historicamente produzido exige espaços, materiais, tempos diferentes dos que são tradicionalmente tratados na escola, são condições necessárias para se desenvolver o trabalho pedagógico dessa disciplina. Longe de estarmos defendendo esse aspecto para reforçar questões da esportivização<sup>2</sup> das aulas de Educação Física, mas sim pensando nas peculiaridades dos conhecimentos a serem tratados.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por estudiosos, na área, para expressar o exacerbado uso do esporte como único organizador das aulas de educação física. Para estudo ver: ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. **Reiventando o esporte: possibilidade da prática pedagógica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.



Sobre esse aspecto temos um estudo na área, intitulado “O ‘letramento’ na Educação Física”, que problematiza essa questão da seguinte forma:

o faz a partir dos dados sobre os espaços nas escolas públicas, levantando a hipótese de que, também a educação física escolar não está construindo o “letramento” de crianças e jovens, o que acentua, a passos largos, o aprofundamento da barbárie, própria de um modo de organizar a vida onde o trabalho humano, logo, o ser humano, é subsumido aos interesses do capital. Ou seja, a escola não está construindo possibilidades de atividade humana inteligente, racional, desalienadora (TAFFAREL, 2007, sp).

Essa situação levanta a questão se a escola pública, da forma como está constituída está garantindo o direito ao “letramento”? O “letramento” desenvolve segundo Taffarel, “conceitos científicos; processos científicos; situações científicas”, que representam respectivamente, a capacidade para compreender os fenômenos do campo da cultura corporal; estão centrados na capacidade de adquirir, interpretar e agir com base em evidências no campo da cultura corporal; são selecionadas principalmente do modo de vida das pessoas e modos de agir em tais situações relacionadas ao campo da cultura corporal.

Apesar de termos vários estudos<sup>3</sup>, perspectivando mudanças na prática pedagógica da Educação Física, neste meio, ainda há o predomínio do discurso sobre a ascensão econômica, da assistência social que o esporte pode promover, muito difundido no seio de uma sociedade capitalista, por meio dos órgãos responsáveis,

o Ministério do Esporte, por exemplo, em seus documentos deixa evidente sua ideologia nos termos que emprega como por exemplo, “as vantagens do esporte para desenvolver a consciência a respeito do funcionamento do corpo”, “a prática do esporte para facilitar a empregabilidade” ou seja “para arrumar emprego”. ; inculcando-se valores como “respeito às regras, disciplina e liderança”, enfocando para tal os âmbitos do “esporte social – para a inclusão social”, o “esporte educacional – complemento as atividades escolares”, “esporte de rendimento – competitivo para formar atletas que são exemplos”; [...] (TAFFAREL, 2007, sp)

Para esclarecer melhor nosso ponto de vista, entendemos que apesar de serem muito debatidas, criticadas as práticas pedagógicas que têm o modelo da esportivização presentes no interior das aulas de Educação Física, ainda não houve o rompimento com os princípios deste modelo. Contrapondo-se a uma prática qualificada, nos aspectos pedagógicos, científicos e políticos, como é proposto por Lacks (2004), a qual propõe a prática como articuladora do conhecimento.

Entendemos que várias foram as mudanças ocorridas no interior da Educação Física escolar, desde a sua legalização até a sua legitimação, a qual está sendo garantida

---

<sup>3</sup> Assis de Oliveira (2005, p 9 - 14) aborda alguns desses estudos, no capítulo 2.1. “Dizendo com “quem” anda, à procura de saber o que é”.

mediante a lei. Nesse aspecto, podemos dizer que sempre esteve presente a incoerência, pois nem tudo que foi proposto, tanto em termos de Políticas Públicas, quanto pelas propostas inovadoras de educação, foi materializado para o ensino da Educação Física. A síntese a seguir ajuda a esclarecer essa questão, pois,

entre os principais problemas da Educação Física atual, e barreiras para sua legitimação no currículo escolar, apontam-se:

- a) A persistência do dualismo corpo-mente como base científico-teórica da Educação Física que mantém a cisão teoria-prática e dá origem a um aparelho conceitual desprovido de conteúdo real, entre eles o conceito a-histórico de esporte e das suas classificações;
- b) A banalização do conhecimento da cultura corporal, especialmente o dos jogos e de outras atividades esportivas, pela repetição mecânica de técnicas esvaziadas da valorização subjetiva que deu origem a sua criação;
- c) A restrição do conhecimento oferecido aos alunos, obstáculo para que modalidades esportivas, especialmente as que mais atraem às crianças e jovens, possam ser apreendidas na escola, por todos, independente de condições físicas, de raça, de cor, sexo ou condição social;
- d) A redução do tempo destinado à Educação Física na prática escolar;
- e) A utilização de testes padronizados – exclusivos para aferir o grau de habilidades físicas na perspectiva das teorias desenvolvimentistas – como instrumentos de avaliação do desempenho instrucional dos alunos nas aulas de Educação Física;
- f) A adoção da teoria da “pirâmide” como teoria educacional;
- g) A falta de uma teoria pedagógica construída como categorias da prática;
- h) A falta de uma reflexão aprofundada sobre o desenvolvimento da aptidão física e sua pretensa contradição com a reflexão sobre a cultura corporal ( TAFFAREL e ESCOBAR, 2008, sp).

No contexto da Educação Física entendemos que são vários os aspectos que caracterizam a precarização do trabalho docente, no entanto precisam ser mais aprofundadas, retratando situações particulares, porém que não deixem de ser relacionadas com as de ordem mais gerais. Também, fazem-se indispensáveis estudos que, desvelem o interior das escolas públicas, e que apontem a superação da realidade do trabalho docente para além da lógica do capital.

#### Algumas considerações

Diante das análises realizadas, entendemos que as reformas educacionais impõem limites, estabelecem restrições às quais as escolas devem se submeter na realização do trabalho pedagógico. Assim, a própria organização do trabalho se

apresenta como um dos fatores da precarização do trabalho dos profissionais de educação, em especial do professor de educação física que foi objeto dessa discussão.

Ficou evidente nas análises, que existem conflitos, que o professor e os demais profissionais da educação estão no embate, em busca de melhores condições de trabalho, entretanto, ainda é pequena essa mobilização, a qual, impede maiores avanços. Nesse aspecto faz-se necessário uma mobilização coletiva.

As análises da precarização do trabalho docente na área de educação física nos mostram que tem conseqüências diretas no trabalho pedagógico, como podemos constatar que não está sendo construído o 'letramento' (TAFFAREL) na Educação Física, ou seja, a escola não está construindo possibilidades de atividade humana voltadas para a emancipação. Diante da questão, conclui-se que o trabalho docente, na área de educação física, apresenta-se fragmentado e alienado. Não existe um projeto político pedagógico que embase a ação pedagógica, assim, as atividades mesmo quando planejadas, não são fundamentada por uma base teórica que oriente para a formação humana emancipatória.

Assim a precarização do trabalho docente na educação física expressa os traços essenciais que se mostra no trabalho docente, da mesma forma como ocorrem no mundo do trabalho com as reformas neoliberais.

Como indica Mészáros (2005), faz-se urgente vislumbrar uma educação que defenda a existência de práticas educacionais com função transformadora. No sentido de perspectivar a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore o trabalho humano; que proponha a auto-organização, em busca da educação libertadora; que tenha como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Chico; GENTILI, Pablo. Educar na esperança em tempos de desencanto. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnica, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CATELLANI FILHO, Lino. Política Educacional e Educação Física. Campinas: Autores Associados, 2002.

CHEPTULIN, Alexandre. A Dialética Materialista. São Paulo: Alfa –Ômega, 1982.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

ESCOBAR, Michele Ortega; TAFFAREL, Celi Zulke. Mas, Afinal, O Que É Educação Física? Reafirmando o Marxismo Contra o Simplismo Intelectual. Disponível em: [http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital). Acesso em 05 de março de 2008.

FREITAS, Luis Carlos de. Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática. Campinas: Papirus, 2005.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez, 2004.

GAMBOA, Silvio Sanchez. Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

GAMBOA, Silvio Sanchez.; SANTOS FILHO, José Camilo. Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 2002.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Fundamentos para la investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientam al investigador. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa Editorial Magisterio, 2001.

GENTILI, Pablo. Pedagogia da Exclusão. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. São Paulo: Editora Paz e terra, 2002.

LACKS, Solange. Formação de Professores: a possibilidade da prática como articuladora do conhecimento. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador.

LACKS, Solange, et alli. A Desqualificação do Trabalho Docente em Tempos Neoliberais. II Encontro de Pós-Graduação da UFS. Aracaju, 2006. CD- Room.

LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. Capitalismo, Trabalho e Educação. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

MARX, Karl. Salário, Preço e Lucro. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Dialética do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Dialética do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

MÉSZÁROS, Istiván. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. A Educação Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Mundo do trabalho, Formação de professores e Conselhos Profissionais. In: Formação Profissional em Educação Física e Mundo do trabalho. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

OLIVEIRA, Betty. O Trabalho Educativo: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas, SP: autores associados, 1996.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. Educ. Soc. Vol. 25 nº 89. Campinas, Sept./Dec. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R.T. Política e Trabalho na Escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; MELO, Savana Diniz. Conflito e Resistência: trabalho docente e manifestações sindicais. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundo>. Acesso em 06 de out. 2007.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. Descentralização da educação no Brasil: uma abordagem preliminar. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R.T. (Org.) Política e Trabalho a Escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, Marina Barbosa. Universidade e precarização do trabalho docente.

Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Vol. 1 (fev 1991), Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. A Subordinação do Trabalho Docente à Lógica do Capital. Disponível em [www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_03.pdf). Acesso em 06 de out. 2007;

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. A Educação para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias. In: FERRETI, Celso João, ET AL. Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval; et al. O Legado do Século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

TAFFAREL, Celi Zulke. A Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação. 1ª Conferência Regional da Educação Básica. Porto Seguro, 23 de novembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Educação Física Escolar: O Trabalho Pedagógico, A Formação Dos Professores, A Produção Do Conhecimento E As Políticas Públicas - Contradições E Possibilidades Frente Aos Ajustes Estruturais. Disponível em: [http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital). Acesso em 03 de nov. 2007.

\_\_\_\_\_. O “Letramento” Na Educação Física. Disponível em: [http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital). Acesso em 03 de nov. 2007.

TAFFAREL, Celi Zulke, SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira . Nexos e Determinações entre Formação de Professores de Educação Física e Diretrizes curriculares: Competências para quê? In: Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política educacional: Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

TRÍVINOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

Autores:

Rosicler Sauer (IF-BA)

Endereço: rua Men de Sá, 641, centro. Eunápolis, Bahia. CEP.: 45820000

E-mail: [rosiclensauer@bol.com.br](mailto:rosiclensauer@bol.com.br)

Solange Lacks (UFS)

Cidade Universitária Profº José Aloísio de Campos. Av. Marechal Rondon, S/N Jardim Rosa Elze.

Núcleo de Pós Graduação em Educação. São Cristovão/ SE. CEP.: 49100-000

E-mail: [Solange\\_lacks@uol.com.br](mailto:Solange_lacks@uol.com.br)

Recurso para comunicação oral: